

## PLANO DE TRABALHO

<b>FIELD PROJECT</b>	<b>DIREITO À SAÚDE MENTAL NA PRÁTICA JURÍDICA CONTEMPORÂNEA</b>						
<b>AUTORIA</b>	ANNA LUIZA PINAGE BARBOSA				<b>DISCENTES Nº MÁX.</b>	10	
<b>SUPERVISÃO</b>	ANNA LUIZA PINAGE BARBOSA				<b>DISCENTES Nº MÍN.</b>	6	
<b>REQUISITOS</b>	Aberto para todo o corpo discente						
<b>PÚBLICO-ALVO</b>	Sociedade civil, empresários e investidores						
<b>CÓDIGO</b>	GRDDIR003 / GRDDIR037 / GRDDIR039 / GRDDIR041	<b>PERÍODO</b>	2025.1	<b>NATUREZA</b>	PRÁTICA	<b>CARGA HORÁRIA</b>	60h

<b>EMENTA</b>	Saúde mental. Direito. Prática jurídica contemporânea. Transtornos mentais. Internação compulsória. Interdição. Direitos trabalhistas. Assédio moral. Medidas de segurança. Inimputabilidade. Proteção de dados. Telemedicina. Saúde digital. Políticas públicas. Responsabilidades jurídicas.						
<b>PROBLEMA</b>	Adequação da prática jurídica à complexidade dos direitos de pessoas com transtornos mentais, especialmente diante dos desafios contemporâneos como a regulação da internação compulsória, interdição, proteção de dados sensíveis, assédio no ambiente de trabalho, e a aplicação de medidas de segurança para pessoas inimputáveis, em conformidade com o ordenamento jurídico e a bioética.						
<b>PRODUTO</b>	Elaboração de uma cartilha informativa voltada ao público em geral, com o objetivo de esclarecer os direitos das pessoas com transtornos mentais e as obrigações dos profissionais e instituições que atuam na área da saúde mental. A cartilha abordará temas como o direito à saúde, a internação voluntária e compulsória, proteção de dados sensíveis, e direitos trabalhistas relacionados à saúde mental.						
<b>OBJETIVO</b>	Capacitar os alunos a compreenderem e aplicar o arcabouço jurídico relacionado à proteção e promoção da saúde mental, desenvolvendo habilidades para lidar com questões práticas, éticas e regulatórias no contexto contemporâneo, com ênfase na defesa dos direitos de pessoas com transtornos mentais em diversos âmbitos da prática jurídica, como saúde pública, trabalho, proteção de dados e responsabilidade civil e penal.						
<b>METODOLOGIA</b>	A disciplina será desenvolvida por meio de aulas expositivas, apresentando marcos regulatórios e jurisprudências sobre saúde mental no direito; estudos de caso, que permitem a aplicação prática dos conceitos e legislação; debates sobre dilemas éticos e jurídicos, estimulando a reflexão crítica; e a elaboração de uma cartilha informativa, com foco na conscientização sobre os direitos das pessoas com transtornos mentais e as responsabilidades das instituições, proporcionando uma abordagem prática e educativa.						
<b>HABILIDADE</b>  Exigência MEC  RESOLUÇÃO nº 5, 18 de dezembro de 2018	X	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.					
	X	Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.					
	X	Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.					
	X	Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.					
	X	Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.					
		Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.					
	X	Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.					
		Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.					
	X	Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.					
	X	Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.					
	X	Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.					
		Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.					
	X	Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.					
	X	Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.					
	Outras:						
<b>PROGRAMA GERAL (cronograma dos encontros semanais presenciais (em média 15))</b>							
<b>ATIVIDADE</b>	<b>TEMA</b>						
1	Introdução e explicação sobre o projeto, legislação pertinente, objetivos, órgãos envolvidos. Histórico e justificativa da regulamentação do Direito à Saúde Mental.						
2	Levantamento bibliográfico complementar.						
3	Grupo 1: elaboração da Introdução Grupo 2: elaboração da metodologia Grupo 3: elaboração da justificativa						

4	Revisão e acompanhamento da cartilha: Introdução, da metodologia e da justificativa.
5	Grupo 1: Fundamentos do Direito à Saúde Mental Grupo 2: Legislação e Políticas Públicas em Saúde Mental Grupo 3: Internação Compulsória e Voluntária
6	Revisão e acompanhamento da cartilha: parte 1
7	Grupo 1: Interdição e Capacidade Civil Grupo 2: Saúde Mental e Direito do Trabalho Grupo 3: Inimputabilidade e Medidas de Segurança
8	Revisão e acompanhamento da cartilha - parte 2
9	Grupo 1: Proteção de Dados de Saúde Mental Grupo 2: Bioética e Saúde Mental Grupo 3: Políticas Públicas e Acesso à Justiça
10	Revisão e acompanhamento da cartilha: parte 3
11	Grupo 1: Direito à Saúde Mental em Contexto Contemporâneo Grupo 2: Considerações finais Grupo 3: Referências bibliográficas
12	Revisão final da cartilha.
13	Apresentação parcial da cartilha à banca examinadora.
14	Incorporação dos ajustes da banca.
15	Apresentação final dos resultados em cartilha.
<b>CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO</b>	A avaliação será feita com base na participação dos(as) alunos(as) nos encontros e nas atividades desenvolvidas no FP (participação em sala de aula, elaboração das atividades atribuídas, correção das solicitações feitas nas revisões, organização, clareza e eficiência – escrita e verbal. Conceitos: A (ótimo); B (bom); C (suficiente) e D (insuficiente).
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	BARROS, Vanessa Braga. <b>Proteção de Dados e Saúde Digital no Brasil</b> . Curitiba: Juruá, 2021. MACHADO, Diego Santos. <b>Direito e Biotecnologia: Aspectos Jurídicos da Revolução Biomédica</b> . São Paulo: Editora Almedina, 2018. SANTOS, Mário R. <b>Saúde Mental e Direitos Humanos</b> . São Paulo: Editora LTr, 2019.
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	BEAUCHAMP, Tom L.; CHILDRESS, James F. <b>Princípios de Ética Biomédica</b> . 7. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2013. BRASIL. <b>Constituição Federal de 1988</b> . Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm</a> . Acesso em: 20/09/2024. BRASIL. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. <b>Lei da Reforma Psiquiátrica</b> . Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2001/L10216.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2001/L10216.htm</a> . Acesso em: 20/09/2024. BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. <b>Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)</b> . Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2018/L13709.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2018/L13709.htm</a> . Acesso em: 20/09/2024.